

Não existe alternativa : o futuro é auto-organizado

Parte 2

Recuperando a auto-organização

“Não existe alternativa: o futuro é auto-organizado” (TINA 1), a primeira parte de nosso texto sobre a reivindicação da auto-organização, foi publicada originalmente em 2005, época em que os “espíritos animais” 3da acumulação ilimitada ainda estavam embriagados por seu próprio senso de infalibilidade. Naquele momento, não podíamos deixar de notar um excesso de confiança e arrogâncias semelhantes no comportamento das classes políticas, gestores profissionais que iam adentrando mais profundamente as instituições culturais e educacionais.

Assim, nos sentíamos incertos quanto a aceitar um convite para especular sobre auto-organização vindo da parte de um órgão institucional de comissionamento que só recentemente fez sua reivindicação dentro dessa tendência em seu discurso. A organização em questão, o Instituto Nórdico de Arte Contemporânea (NIFCA), tornou-se ela própria vulnerável quando a programação progressista pela qual adquirir o nome internacional acabou descompassando dos interesses cada vez mais localizados e insulares de seus apoiadores políticos. Sem maiores consultas, o Instituto acabou fechando as portas em 2006, e seus fundos foram redirecionados para uma organização mais “administrável”, sem suscitar protestos ou oposição pública de caráter significativo.

No TINA 1, buscávamos repensar a auto-organização, um termo que ganhou relevância como modo de disfarçar a reestruturação organizacional, gerir críticas e aprimorar carreiras profissionais. O texto visava repositonar a auto-organização dentro do vocabulário revolucionário e de oposição, além de definir o conceito em oposição à “autoajuda” e ao “empreendimento individual”, termos com os quais a auto-organização passou a ser confundida e cuja tendência era de se estabilizar e ampliar em vez de desafiar a hegemonia institucional.

Era o ano de 2005 – um mundo completamente diferente –, antes das contradições sistêmicas se tornarem mais evidentes e explodidas com tal frequência e com uma força e violência tão ofuscantes que os espíritos animais arrefeceram, a imagem de crescimento eterno foi estilhaçada e, para a maioria, as ruínas deram um aceno.

A ressurreição a caminho

Em meio a um período de intensa luta, violência e revolta social, quem precisa de economistas e comentaristas para nos lembrar de que esta é a pior crise financeira desde a última? Ela é tão ruim quanto a da década de 1990, 1980, 1970 e do fim dos anos 1920? As provas disso não estão ao nosso redor o tempo todo? As evidências estão nas intensidades da luta trabalhista e nos suicídios de trabalhadores na China e no Sudeste Asiático, na desapropriação cada vez maior dos pobres nos EUA ou nos efeitos punitivos das medidas de austeridade impostas em toda parte, particularmente naquelas economias neoliberais europeias antes vistas como exemplares, como a Grécia, a Itália e a Espanha.

Por décadas, as consequências catastróficas, que agora nos foram adiadas pela promoção de uma rápida expansão e contração de mercado, um processo de ascensão e queda. Aqui, a crise desempenhou um papel essencial no ritmo sedutor e sincopado de “destruição criativa” 4 . A queda foi adiada ao ser vendida como ascensão – o que, sem dúvida, demonstrou certa criatividade. Uma fórmula de proporções quase redentoras foi legada para encobrir o estrago, a passo que se podia contar com uma suposta necessidade de expansão desinibida do

livremercado para sancionar até mesmo os atos mais flagrantes de pilhagem global. Uma após a outra, novas maneiras de mudar, desviar, agrupar e reembarcar fenômenos outrora tidos como problemáticos foram permitindo que tudo (até mesmo dívidas e pobreza) continuasse a servir à acumulação capitalista.

Uma resposta inicial ao colapso financeiro de 2008 foi o slogan “nós não vamos pagar pela crise deles”, que depois deu lugar à afirmação mais incisiva “o capitalismo é a crise”. Essa atitude ressaltava a percepção de que os mais vulneráveis não só estão pagando um preço alto por causa da crise, mas também de que a crise está implícita num sistema em que tal violência e destruição são componentes essenciais de sua reprodução. Uma distinção deve ser feita aqui entre crise econômica e crise ideológica. A primeira é vital para a lógica da acumulação capitalista, a qual sustenta, em seu modo neoliberal, que mercados “livres” têm uma tendência à autorregulação e, portanto, podem interpretar crises como uma manifestação temporária desse princípio. A segunda é consequência da primeira: uma ruptura da crença no capitalismo agravada por uma crise social profunda. As classes médias mais estabelecidas, por exemplo, foram induzidas a duvidar de si mesmas, tendo perdido a noção de hegemonia global e as seguranças materiais que davam por certas durante décadas. Enquanto isso, os pobres do mundo, como sempre, são lançados cada vez mais fundo na lama.

É a congruência de crise econômica e ideológica que exacerbou a miséria por toda parte – e, junto consigo, invocou forças potencialmente revolucionárias que agora vêm à tona. Conforme as camadas recém-empobrecidas e proletarizadas continuam se avolumando, as antigas classes médias agora estão coladas àquelas outras cuja esperança de escapatória um dia podem ter personificado.

Mas seria possível dizer que essa recomposição é parte de um processo revolucionário mais generalizado? O que vemos em vez disso é que as ressureições vindouras de tendências zumbis já são totalmente condescendentes com a lógica capitalista: nacionalismo, populismo, xenofobia e uma obsessão pela segurança – tudo isso a ser acompanhada por estruturas de propaganda, vigilância, ditadura e/ou do tipo mafiosas.

A austeridade disciplinar é apresentada como um corretivo necessário, uma resposta emergencial à crise econômica e à falência do mercado global. Caso isso não bastasse para convencer, há sempre o conto do “excesso de gastos do setor público” e do “levar uma vida dispendiosa” – um malicioso da população para justificar o sacrifício coletivo. Afinal de contas, “estamos todos juntos nessa”. Essas narrativas são típicas da escassa oferta de desculpas legitimadoras do capitalismo.

Debaixo das rodas

Nas últimas décadas, vimos uma integração bastante próxima da dinâmica de mercado e da cultura. Testemunhamos a ascensão e a queda das Indústrias Criativas. Estas prometiam a libertação dos trabalhadores alienados de Marx num processo de realização pessoal e de autonomia. Através da criatividade das mãos e dos corações, elas garantiam uma face humana ao capitalismo. Artistas, com seu idealismo, flexibilidade e entusiasmo para trabalhar mesmo sob circunstâncias precárias, tornaram-se o modelo a ser seguido para um novo conceito de capitalismo, liderando sua “procissão triunfante mundo a fora”. As esperanças ligadas a esse espetáculo eram duplas: algo que reforçaria a crença na nova fórmula do capitalismo e também disfarçaria o fato de que, assim como muito da riqueza gerada sob o signo da criatividade, tratava-se do produto de uma proliferação da especulação e de um endividamento cada vez maior. Enquanto isso, debaixo das rodas trituradoras dessa procissão, empregos escravizantes, trabalho infantil, privatização de bens comuns e todos os outros desastres que acompanham a guerra econômica dos ricos contra os pobres permaneceram ininterruptos.

Enquanto trabalhadores do setor cultural e educacional, temos de reconhecer que aquilo que passa por crítica e politização, particularmente dentro da comunidade de arte contemporânea, provou ser algo mais incapaz do que temido. Imitando as estratégias de gestão corporativa, instituições de arte adotaram a retórica de responsabilidade social e de governança ética como meio de parecerem progressistas. Sob o pretexto das tendências da arte, como a estética relacional e o novo institucionalismo, ao lado de pautas de Estado como inclusão social, os privilegiados continuaram sua alegria. Pautas políticas foram despolitizadas, a luta foi tirada da política à medida que instituições glamorosas se fantasiavam de centros comunitários, incorporações, de instituições de caridade. Ao passo que tais ações podem não ter convencido inteiramente os progressistas e os reformistas radicais, elas continuaram falhando de maneira singular em expor um processo mais profundo de desestruturação e esvaziamento organizacional, além da consolidação de relações de poder existentes.

Com o colapso econômico recente e a crise ideológica do capitalismo, ramos mais progressistas do cenário institucional cultural entraram num vazio, demonstrando a um só tempo pânico e paralisia. Em alguns casos, superfícies institucionais se tornaram mais porosas e abertas; em outros, foram congeladas e se contraíram ainda mais, tornando-se mais rígidas e conservadoras. Na época do movimento Occupy Wall Street, o Artist's Space de Nova York, por exemplo, demonstrou como ambos os processos podem ocorrer simultaneamente. Mas o cenário progressista e onírico de participação "vinda de baixo" de repente se tornou indesejável, quando a "falta de demandas claras" foi citada como motivo para chamar a segurança e tirar os ocupantes do prédio.

Em 2008, um episódio similar de confusão e violência institucional marcou a 28ª Bienal de São Paulo, quando o primeiro andar do grande complexo de exposições foi deixado aberto "para a comunidade". Quando um grupo de grafite urbano, os chamados "pixadores", entrou no espaço com suas latas de spray, como era de se esperar, seus integrantes acabaram sendo expulsos à força pelas seguranças e pela polícia. Esse não era o tipo certo de "participação". Estudantes da Universidade de Berkeley que ocupavam o Wheeler Hall, em 2010, não se saíram melhor: diante de nada mais do que um protesto sentado, a administração chamou a polícia da UC Berkeley, que se valeu de spray de pimenta para tirar os estudantes de forma violenta do seu próprio lar institucional.

Quando antagonismos não são negociados ou reprimidos com sucesso, instituições tendem a passar despercebidas, se reproduzindo a narrativa de Estado de que a crise é uma anomalia que pode ser superada, seja tramando silenciosamente em busca de maneiras de não serem atingidas ou caladas.

Se pudermos ter alguma certeza neste momento, esta é a seguinte: não haverá plano de resgate para nós. Na verdade, é muito pior que isso: comunidades, lares, locais de trabalho e organizações foram mais uma vez convocados a facilitar a próxima fase do desenvolvimento capitalista. A pergunta é: o que vamos fazer a respeito disso? Essa questão só interessa na medida em que pode ser entendida também como outra: o que podemos fazer a respeito disso? Ou seja, enquanto permanecemos sujeitos a um sistema orientado para extrair dinheiro até mesmo do entulho que ele próprio gera, a tarefa, da maneira como a encaramos, é lembrarmos-nos de que esse entulho pode oferecer uma abertura relativa, mais significativa: especificamente uma noção esclarecedora quanto ao fato de que não existe um futuro neoliberal a ser construído e que nós, enquanto indivíduos, não somos mais obrigados a competir por um pedaço do mundo do livre mercado. Contra esse pano de fundo, podemos mensurar aqueles dentro do sistema da arte da maneira como ele se sustenta e em relação ao que tais indivíduos têm a oferecer na preparação de uma sociedade pós-capitalista.

Corrida rumo ao fundo do poço

Continua sendo urgente avaliar como instituições aprenderam simultaneamente a solicitar que seus sujeitos (trabalhadores, estudantes, consumidores) aceitem menos (salários, recursos, apoio) enquanto têm que pagar mais (taxas, trabalho gratuito e voluntário). Isso incluiria a intensificação do “esvaziamento”, em que instituições terceirizam grandes faixas de suas atividades e acabam barrando a programação cultural de base, que continua a legitimar a existência delas. Mais recentemente, também a retórica da “des-institucionalização” que, retirada de seu contexto original de saúde mental e cuidado com a comunidade, conquistou certa aceitação entre profissionais da arte como parte de uma resposta institucional pragmática a pautas de austeridade.

O modo consultivo enganoso associado a esse discurso está agora difundido, demonstrando que uma maior “abertura” a forças externas (e críticas) pode aliviar o impacto imediato de lacunas e fundos minguentes na programação ao garantir efetivamente um input gratuito em tudo, desde o conteúdo até o desenvolvimento organizacional estratégico. Para fins de ilustração, o ICA de Londres 5, à beira de colapsar no fim de 2009, reuniu representantes da “comunidade crítica da arte” para um fórum de discussões somente para convidados, o chamado The Reading Group [O Grupo de Leitura]. Suas questões estruturais, ainda que generalizadas, também possuem claramente uma função estratégica: “Que trabalho podemos fazer?”, “Como podemos encontrar maneiras alternativas de pensar sobre produção e trabalho?” e “Como podemos agir coletivamente?”.

Como podemos, então, começar a relacionar o impacto material da “corrida rumo ao fundo do poço”, que pode ser vista em toda parte – todos competindo contra todos, o tempo todo –, com o que parecer uma necessidade pessoal e ao mesmo tempo institucional, além de um desejo de cooperar de fato, trabalhar junto, auto-organizar-se? Para fazer oposição a essa dinâmica aparentemente inatacável, devemos continuar a definir as principais características e padrões do sistema, especialmente à medida que eles se desenvolvem e mudam. Será que temos alguma escolha se não a de nos aliarmos à raiva explosiva que isso desencadeou nas ruas, dirigida de maneira tão decisiva a locais simbólicos de desconhecimento, riqueza e poder?

Que papel as instituições culturais e educacionais desempenham durante esse período de rápida mudança? Considerando a escala atual de cortes e devastação, esses locais onde alguns de nós por acaso trabalhamos, estudamos e respiramos estabelecem uma indesejável escolha: devemos nos auto-organizar, romper o relacionamento, lutar por ele em meio às ruínas e acelerar o processo de colapso e destruição? Ou devemos assumir formas mais tradicionais de oposição, desacelerar o processo em busca de um refúgio temporário nessa violenta tempestade? Tais questões nos perseguem ruínas adentro, uma paisagem em desmoronamento onde os termos podem ter mudado, mas a luta, que permanece sendo uma luta de classes, continua.

Conforme adentramos as ruínas, será que a produção artística, o sistema de arte e suas instituições, por exemplo, desempenham o papel de desaprender o capital? Será que eles podem figurar num processo mais generalizado de deseducar e desaprender? Será que eles podem contribuir para a saída, um movimento para fora do capitalismo? Será que aqueles do setor cultural e educacional podem situar noções de coletividade e comunismo para além da especialização que a produção capitalista continua impondo? Será que essas lutas podem ser conectadas e ampliadas? Será que podem contribuir para espaços pós-capitalistas, des-especializados que permitam uma produção e um envolvimento cultural no mais selvagem dos sentidos?

Aqueles de nós que sentem uma necessidade de continuar a se auto-organizar farão isso em relação a contornos e ritmos específicos de nossas respectivas lutas. Alguns de nós nos auto-

organizamos porque ainda podemos fazer isso, porque não temos escolha, ao passo que alguns se auto-organizam para sobreviver e resistir. A auto-organização se baseia numa forma dominante de organização apenas para se afastar dela. Sejam trabalhadores no chão de fábrica ou artistas-revolucionários em qualquer outro lugar, o desejo de se auto-organizar é antes de tudo pego na contradição de que ele, ao mesmo tempo, afirma e rompe com a ordem dominante. Então, se aceitamos que a auto-organização serve a um propósito específico num ponto específico de qualquer luta, devemos também perguntar: em que ponto é possível mover-se para além da auto-organização? E esse “além” se parece com o quê?

Adentrando as ruínas

Não há motivo para temer as ruínas — esse lugar onde alguns de nós já se encontram hoje em dia —, porque elas podem representar o fim das relações capitalistas e a dissolução de seus corpos administrativos opacos. É difícil se sentir interessado pelas maneiras com que o termo auto-organização tem sido reproposto por aqueles que confiam em sua aura de radicalidade para amparar seus poderes avariados. O resultado desejado da auto-organização não é a afirmação desejada, do indivíduo, da instituição; é, na verdade, a negação dessas relações.

Tome a fábrica (de novo!), ocupe as escolas, faculdades, universidades e hospitais, desmonte os ditames da administração, desrespeite as reformas, assumo o controle de todo transporte público, dispense a autoajuda, sufoque empreendedores, flanqueie os chefes, cancele todos os contratos duvidosos, abandone as posses, roube diretores, gestores, curadores e administradores, invada seus escritórios, liberte os “recursos” deles.

Em todas as suas formas, a auto-organização é um processo social básico e necessário que depende de uma condição ou problema que sirva de elo inicial, que é então abordado coletivamente. Trata-se de uma ferramenta colaborativa, um meio de mobilizar habilidades, experiências, apoios, recursos e conhecimentos. Olhando para trás (e para frente!), vemos seu papel na formação de democracias de conselho (os soviéticos, os “Räte”, os conselhos), em que a política se desenvolve no nível da fábrica, dos jardins de infância, dos bairros — e as pessoas se juntaram para se organizarem no nível prático, artístico e intelectual.

Todavia, deve-se notar que a tomada de decisões e os debates acerca de processos executivos e legislativos podem produzir estruturas maiores e mais complexas — uma união de conselhos. Para obter um impacto mais amplo por diferentes experimentos de auto-organização, eventualmente será imperativo juntar forças, se organizar e unir para além dos vários interesses específicos e singulares.

Faça demandas impossíveis, não demande nada, não diga nada, negue tudo, destrua salas de aula, coloque o conhecimento social para trabalhar, reempregue aqueles anos desperdiçados de estudo, construa novas ferramentas, questione e saboteie a normalização, rompa com o populismo e o nacionalismo, tome espaço, recuse reformas, recuse negociações, recuse explicações, nenhuma exigência no idioma deles, seja antinormativo, seja anti-hegemônico, pé no saco, frágil, recuse a linguagem deles, grite, berre, dance, revolte-se, estraçalhe, foda, faça barulho, permaneça em silêncio.

Como vimos em lutas recentes, é necessário trabalhar contra a tendência de cortar processos auto-organizados de um mainstream potencialmente revolucionário a fim de ganhar impulso. O molde das infraestruturas para tais conexões estão em toda parte, a todo momento. Mas como eles podem ser reunidos de modo a manter a “diferença” e permitir que tensões, antagonismos e disputas sejam produtivos? Assim, no processo de sua própria negação, a auto-organização deve continuar a questionar termos como consenso, aliança, solidariedade e democracia.

Experimente, flua, continue se mexendo junto com os outros, aproveite as falhas, acampamentos, comunicações, interação é produção, reescreva a história, redefina a identidade, desaprenda a propriedade, faça suas demandas em outra linguagem, redistribua o sensível, se des-especialize, se reespecialize, reimagine o presente, socialize a depressão, faça novos dicionários, vocabulários, léxicos, índices, catálogos, novos mapas.

Continuar produzindo cultura, apesar do domínio do capital e de suas instituições, não é um chamado para um placebo de utopismo ou para se preparar para uma forma distinta de vida fora da produção e da criação de excedente. Em vez disso, significa testar novas formas de colaboração e desenvolver diferentes maneiras e entendimentos de valor, e todos eles continuam acontecendo em meio às ruínas, ajudando a acelerar a expansão do que é comum e promovendo uma transformação total das relações sociais.

Bloqueie, defenda-se, esquive-se, atinja, se oponha, desenterte, confronte, desmanche, resolva suas merdas e prepare seus nervos, boicote, discorde completamente, faça pilhagem, ataque e fuja, critique, purgue, encontre camaradas inesperados, opere a abolição e destruição do dinheiro, assista a toda essa bobagem desmoronando, dance nomeio das ruínas.

Uma tarefa essencial agora é fazer descarrilar a estruturação capitalista, continuar ampliando suas rachaduras, bloquear todas as tentativas de reforma onde for possível. Nós precisamos construir, proteger e defender as comuns e os comuns que irão compor a vida pós-capitalista. Como vimos, a maioria dos Estados e suas instituições pode entrar em modo de emergência em questão de instantes, desencadeando níveis de extrema violência que são proporcionais apenas ao próprio medo deles – e não a quaisquer ameaças existentes de fato. Uma nova guerra está a caminho em toda parte – na internet, nas ruas, na esfera pública e privada; todos estão ou em estado de emergência, ou sendo ameaçados por incursões iminentes. Temos que manter nossas alianças e continuar a desenvolver a linguagem destrutiva que molda essa saída.

Junte-se, organize-se, desorganize-se, flua juntos, juntem forças, troque experimentos, experimente consigo, livre-se de você mesmo, lentamente, comece a sintetizar, sincronizar, sincopar e moldar estruturas, brinque com armas, vagabundeie em laboratórios de pesquisa, convergindo formas de comunicação e colaboração, antipropriedade, não propriedade, sem propriedade, não proprietário, educação não patriarcal, autoeduque, coeduque, experimente, dispense sua expertise, experimente, não tenha programa, arrombe os arquivos, habite as histórias, exume os ossos dos destroços, reanime a tão longa memória das lutas, vitórias e derrotas políticas, ative utopias conflitantes, atente-se ao conhecimento onírico.

FIM

Anthony Davies (Londres), Stephan Dilleuth (Munique), Jakob Jakobsen (Copenhague)
2012

Com apoio editorial de Pauline van Mourik Broekman (Londres)

Este texto pode ser distribuído livremente e impresso em contextos não comerciais e sem dinheiro, sem a permissão dos autores.

Tradução do inglês para português por Daniel Lühmann